

ROGÉRIO TOBIAS DE CARVALHO
Professor Universitário e Juiz Federal.

**IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL**

Editora Renovar

Rio de Janeiro • São Paulo • Recife

2006

**336.2.027.8(81)
C33li**



Carvalho, Rogério Tobias de
Imunidade tributária e contribuições para a seguridade social / Rogério
tias de Carvalho. — Rio de Janeiro: Renovar. 2006.
Inclui bibliografia
ISBN 85-7147-548-2
1. Imunidade tributária — Brasil. I. Título.
CDD 346.81015

336.2.027.8(81)
C33li



SUMÁRIO

Agradecimentos	XVII
Principais abreviaturas utilizadas	XIX
Resumo	XXI
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II - SEGURIDADE SOCIAL	11
2.1. Considerações iniciais	11
2.2. Assistência social	13
2.3. Previdência social	24
2.4. Saúde pública	30
2.5. A seguridade brasileira como direito fundamental: a questão do mínimo existencial	36
CAPÍTULO III - NATUREZA DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS SECURITÁRIAS	49
3.1. Considerações preliminares	49
3.2. Natureza fiscal ou parafiscal, tributária ou não-tributária	52
3.3. Características das contribuições securitárias	57
3.3.1. Vinculação à seguridade social	59
3.3.2. Destinação dos recursos	61
3.3.3. A participação no grupo	66
3.3.4. Vantagem individual	68
CAPÍTULO IV - CONTRIBUIÇÕES SECURITÁRIAS: ESPÉCIES	71
4.1. Contribuição sobre a folha de salários	73
4.2. Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	75
4.3. Programa de Integração Social - PIS	77
4.4. Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	82
4.5 Contribuição sobre movimentação financeira – CPMF	83
CAPÍTULO V - A IMUNIDADE E AS CONTRIBUIÇÕES SECURITÁRIAS	87
5.1. Breve histórico	87
5.2. Não-incidência, isenção e imunidade	96

336.2.027.8(81)
C33li



5.3. Por um conceito material de imunidade tributária	107
5.4. O fundamento da imunidade às contribuições securitárias	111

CAPÍTULO VI - AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	115
6.1. A assistência social <i>stricto sensu</i>	116
6.2. Instituição e entidade	119
6.3. Beneficência e filantropia	121
6.4. As entidades de assistência social em espécie	126
6.5. Interseção da área de saúde na de assistência social	128
6.6. Interseção da área de educação na de assistência social	130
6.7. As organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPI)	135
6.8. As entidades fechadas de previdência	140

CAPÍTULO VII - DISCIPLINA INFRACONSTITUCIONAL DA IMUNIDADE E FUNCIONAMENTO PESSOA IMUNE	147
7.1. Lei complementar ou lei ordinária?	148
7.2. Os requisitos reguladores da imunidade	158
7.2.1. Ausência de finalidade lucrativa	159
7.2.2. Não distribuição de rendas	159
7.2.3. Aplicação integral de recursos no país	160
7.2.4. Escrituração contábil regular	161
7.3. Os requisitos de constituição e funcionamento da entidade imune	162
7.3.1. Gratuidade	162
7.3.2. Generalidade	164
7.3.3. Aplicação de superávits em fins institucionais	167
7.3.4. Não remuneração de diretores ou dirigentes	169
7.3.5. Declaração de utilidade pública	171
7.3.6. Registro no CNAS	172
7.3.7. Certificado de entidade beneficente de assistência social	175
7.3.8. Apresentação de relatórios anuais	177
7.3.9. Controle e transparência - <i>accountability</i>	178

CAPÍTULO VIII - CONCLUSÕES	185
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
-----------------------------------	-----

336.2.027.8(81)
C33li

